



*Câmara Municipal de Palmas*

# CONCORRÊNCIA

N.º 01/2024

## CONTRATANTE (UASG)

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMAS-PR

UASG 931271

## OBJETO

Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de engenharia, visando a elaboração de projetos básico e executivo para a reforma da edificação da Câmara Municipal de Palmas, incluindo o acompanhamento, orientação, fiscalização e recebimento da execução da obra

## VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 43.521,10 (quarenta e três mil, quinhentos e vinte e um reais e dez centavos)

## DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 29/11/2024 às 09:00 h (horário de Brasília)

## CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço global

## MODO DE DISPUTA:

Aberto

## PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM



## *Câmara Municipal de Palmas*

### Sumário

1. DO OBJETO.....	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO .....	3
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....	5
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA .....	7
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .....	8
6. DA FASE DE JULGAMENTO .....	10
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	12
8. DOS RECURSOS .....	14
9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	15
10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....	17
11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	18



# *Câmara Municipal de Palmas*

## **MODELO DE EDITAL**

### **CÂMARA MUNICIPAL DE PALMAS - PR**

### **CONCORRÊNCIA Nº 01/2024**

Processo Administrativo nº21/2024

Torna-se público que a Câmara Municipal de Palmas, Estado do Paraná, por do setor de licitações, sediado na Avenida Clevelândia, nº 591, Centro, através da Agente de Contratação, Lívia Mickaele Alves Xavier, nomeada pela portaria 21/2024, realizará licitação, na modalidade CONCORRÊNCIA, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

#### **1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de engenharia, visando a elaboração de projetos básico e executivo para a reforma da edificação da Câmara Municipal de Palmas, incluindo o acompanhamento, orientação, fiscalização e recebimento da execução da obra condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. O valor máximo da presente contratação é de **R\$ 43.521,10 (quarenta e três mil, quinhentos e vinte e um reais e dez centavos)**.

1.3. A licitação será realizada em grupo único, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

#### **2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

2.1. Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.



## *Câmara Municipal de Palmas*

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Para todos os itens a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

2.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;



## *Câmara Municipal de Palmas*

2.6.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.7. O impedimento de que trata o item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2 e 2.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.10. O disposto nos itens 2.6.2 e 2.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.12. A vedação de que trata o item 2.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### **3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

3.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:



## *Câmara Municipal de Palmas*

- 3.2.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 3.2.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
- 3.2.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
- 3.3. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 3.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.2. 3.3. ou 3.4. sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 3.10. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 3.11. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.



## *Câmara Municipal de Palmas*

### **4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. valor unitário

4.1.2. Quantidade cotada, devendo respeitar o disposto na Tabela.

4.2. **Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.**

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico/Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **120 (cento e vinte)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.





## ***Câmara Municipal de Palmas***

### **5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

- 5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação e os licitantes.
- 5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário.
- 5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 10,00.
- 5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 5.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
  - 5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
  - 5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
  - 5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.





## *Câmara Municipal de Palmas*

5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.15. No caso de desconexão com o Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.18. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.18.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.18.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.18.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.18.4. O Agente de Contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada,



## ***Câmara Municipal de Palmas***

acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.18.5. É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.19. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

### **6. DA FASE DE JULGAMENTO**

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente de Contratação verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.5.1 deste edital.

6.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e



## *Câmara Municipal de Palmas*

à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

6.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 6.6.1. conter vícios insanáveis;
- 6.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Projeto Básico/Termo de Referência;
- 6.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 6.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 6.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do Agente de Contratação, que comprove:

- 6.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 6.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.8. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

- 6.8.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
- 6.8.2. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

6.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.



## *Câmara Municipal de Palmas*

### **7. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

7.1. Os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.1.2. Os documentos exigidos para fins de comprovação da habilitação constam no Anexo I deste Edital.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

7.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.7. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

7.7.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado no fone (46)3262-1509 ou no seguinte email: [licitacao@camarapalmas.pr.gov.br](mailto:licitacao@camarapalmas.pr.gov.br), de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.



## *Câmara Municipal de Palmas*

7.7.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

7.8. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

7.8.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

7.9. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

7.9.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

7.10. A verificação pelo Agente de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.10.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente de Contratação.

7.11. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.11.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.12. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

7.12.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.12.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.13. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão



## *Câmara Municipal de Palmas*

fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.10.1.

7.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

### **8. DOS RECURSOS**

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a **30 (trinta) minutos**.

8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.





## ***Câmara Municipal de Palmas***

- 8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico da Câmara Municipal ([www.camarapalmas.pr.gov.br](http://www.camarapalmas.pr.gov.br)) no portal da transparência.

### **9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

- 9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação durante o certame;
  - 9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
    - 9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
    - 9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
    - 9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
    - 9.1.2.4. deixar de apresentar amostra; ou
    - 9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
  - 9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
    - 9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
  - 9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
  - 9.1.5. fraudar a licitação
  - 9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
    - 9.1.6.1. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
    - 9.1.6.2. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
  - 9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
  - 9.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).





## *Câmara Municipal de Palmas*

9.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- 9.2.1. advertência;
- 9.2.2. multa;
- 9.2.3. impedimento de licitar e contratar; e
- 9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 9.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

- 9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.



## *Câmara Municipal de Palmas*

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

### **10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.



## ***Câmara Municipal de Palmas***

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte e-mail [licitacao@camarapalmas.pr.gov.br](mailto:licitacao@camarapalmas.pr.gov.br).

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

### **11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação.

11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.



## ***Câmara Municipal de Palmas***

11.10. As empresas participantes deverão ficar logadas na plataforma eletrônica para acompanhamento de todas as informações enviadas via chat, tais como solicitação para apresentação de documentação, recursos, horários e datas, entre outras informações.

11.11. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.camarapalmas.pr.gov.br/imprensa/licitacoes>.

11.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

11.12.1. ANEXO I – Documentos de Habilitação

11.12.2. ANEXO II – Estudo Técnico Preliminar

11.12.3. ANEXO III – Termo de Referência

11.12.4. ANEXO IV – Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art.7º da Constituição Federal

11.12.5. ANEXO V – Declaração de Reserva de Cargos Para Pessoa com Deficiência

11.12.6. ANEXO VI – Declaração que as Propostas Econômicas Compreendem a Integralidade dos Custos

11.12.7. ANEXO VII – Modelo de Proposta

11.12.8. ANEXO VIII – Termo de Vistoria

11.12.9. ANEXO IX – Minuta de Contrato

....., ..... de ..... de 20.....

**PAULO HERCÍLIO DANGUI BANNAKE**

**Presidente**



# ***Câmara Municipal de Palmas***

## **ANEXO I – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**1. As habilitações fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:**

I - a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

II - a inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

III - a regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

IV - a regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

V - a regularidade perante a Justiça do Trabalho;

VI - o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

### **2. Habilitação econômico-financeira:**

I - balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

II - certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

### **3. Quanto a qualificação técnico-profissional e técnico-operacional:**

I - Apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes;



## *Câmara Municipal de Palmas*

II - Certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior;

III - Indicação do pessoal técnico para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

IV - Registro ou inscrição na entidade profissional competente;

V - Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

VI - Atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento), conforme artigo 67 § 2º da Lei 14.133/21.



## *Câmara Municipal de Palmas*

### **ANEXO II - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)**

<b>CÂMARA MUNICIPAL DE PALMAS-PR</b>	
<b>1.</b>	<b>IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO E SOLICITANTE</b>
<b>1.1</b>	<b>Número do Processo:</b> <b>21/2024</b>
<b>1.2</b>	<b>Número da Solicitação:</b> <b>21/2024</b>
<b>1.3</b>	<b>Área Solicitante:</b> <b>ADMINISTRAÇÃO</b>
<b>2.</b>	<b>EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO:</b> <b>Eliaki Marceli Zanini</b>
<b>2.1</b>	<b>Documento(s) de Designação (número):</b>  <b>Portaria 21/2024</b>





## DIAGNÓSTICO – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

### I. DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL

#### **INTRODUÇÃO**

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução supri-la em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

#### **I.I. Descrição do Problema a ser solucionado ou da necessidade apresentada (na forma do artigo 18, §1º, incisos I e IV da Lei 14.133, de 2021):**

A Câmara Municipal de Palmas enfrenta sérios problemas em sua infraestrutura, em especial no que diz respeito ao telhado, que apresenta diversas infiltrações. Essas infiltrações causam danos ao patrimônio público, deteriorando as instalações e comprometendo a qualidade dos serviços prestados à população. A umidade excessiva proveniente das infiltrações tem gerado problemas como mofo, infiltrações em paredes e pisos, além de trazer riscos à rede elétrica, prejudicando o funcionamento do serviço público e colocando em risco a segurança dos servidores e das pessoas em geral.

1. Diante desse cenário, torna-se urgente a realização de uma reforma na edificação da Câmara, em especial no telhado, no gesso, na parte elétrica e na pintura das paredes, com foco na resolução dos problemas causados pelas infiltrações. A contratação de uma empresa especializada para a elaboração do projeto básico e executivo da reforma, bem como para o acompanhamento da execução da obra, é fundamental para garantir a qualidade da obra e a solução definitiva dos



## *Câmara Municipal de Palmas*

problemas existentes. A reforma da Câmara Municipal representa um investimento essencial para a preservação do patrimônio público e para a melhoria da qualidade dos serviços prestados à população.

### **Agravante: Chuva**

Devido às chuvas intensas e ao estado precário do telhado, a água acaba infiltrando e descendo até o forro de gesso. O acúmulo de água no gesso torna-o encharcado, ocasionando o aparecimento de furos que culminam no escoamento da água. Assim sendo, o telhado deteriorado compromete a integridade do gesso, causando sua queda parcial e danificando sua estrutura, o que pode gerar riscos adicionais caso não seja corrigido com urgência. Conforme imagens abaixo:





## *Câmara Municipal de Palmas*



As imagens acima são do interior da Câmara em diferentes setores.



## *Câmara Municipal de Palmas*

### **I.II. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento da Administração (artigo 18, §1º, inciso II da Lei nº 14.133, de 2021):**

O Plano de Contratação Anual (PCA) para o exercício de 2024 não foi elaborado pela Câmara Municipal. A não elaboração do Plano Anual de Contratações (PCA) para o ano 2024 decorre das circunstâncias excepcionais que inviabilizaram a conclusão do plano no prazo estabelecido, conforme estipulado na Lei nº 14.133/2021.

A ausência do PCA, neste caso, não impede a realização de licitações pela Câmara Municipal, conforme estabelece o artigo 18 da lei 14133/21.

Consoante artigo 169, § 3º inciso I, da Lei Federal 14133/21, diante da necessidade da elaboração do PCA, comprometemo-nos a fornecer informações detalhadas sobre as contratações realizadas e a programação de futuras contratações, reafirmando nosso compromisso com a transparência e princípios legais de gestão pública.



## ***Câmara Municipal de Palmas***

### **I.III. Descrição dos requisitos da potencial contratação (na forma do artigo 18, §1º, inciso III da Lei nº 14.133, de 2021):**

Para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de engenharia para a elaboração de projeto básico e executivo de reforma da edificação da Câmara Municipal de Palmas, incluindo o acompanhamento, orientação, supervisão e coleta da execução a ser realizada na etapa posterior, é essencial que a empresa contratada atenda aos requisitos rigorosos de qualificação técnica e profissional, conforme estabelecido pela legislação e normas aplicáveis

A empresa deve ser devidamente registrada no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), conforme o objeto do serviço. Além disso, deve comprovar sua capacidade técnica por meio de certificações de registro emitidas pelo conselho competente de sua sede ou domicílio. O licitante também deverá apresentar atestados que comprovem sua experiência e capacidade para a execução de atividades compatíveis com o objeto da licitação, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes

No que se refira à qualificação da equipe técnica, o licitante deverá comprovar que possui, em seu quadro permanente, profissionais de nível superior com experiência comprovada em serviços semelhantes aos que serão contratados. Um dos requisitos fundamentais é que o profissional responsável técnico tenha um Atestado de Responsabilidade Técnica (ART) para execução de serviços com características semelhantes às parcelas de maior relevância técnica ou de valor significativo do objeto licitado. A comprovação do vínculo entre o responsável e o licitante poderá ser feita mediante sua inclusão no quadro permanente da empresa, seja como sócio, diretor ou empresário. Alternativamente, será aceito um contrato de prestação de serviços firmado entre as partes, com firmas reconhecidas, ou ainda uma declaração formal de inclusão do profissional na equipe técnica para fins de participação no certame



## *Câmara Municipal de Palmas*

Para garantir que o serviço contratado seja realizado com devida qualidade, a equipe técnica indicada deverá ser fornecida por meio de Acervo Técnico emitido pelo CREA ou CAU, conforme a área de especialidade de cada membro. Cada profissional deverá apresentar atestados que comprovem sua exigência para o desempenho das atividades, emitidos por pessoas de direito público ou privado e devidamente registrados nas entidades competentes. A empresa não poderá utilizar atestados emitidos em nome próprio, nem apresentar documentos que não tenham sido originados de contratações externas.

Durante a execução dos serviços, a empresa contratada deverá informar à fiscalização sobre quaisquer eventuais substituições de profissionais, apresentando para avaliação e aprovação um novo técnico com qualificação compatível com a função. Essa substituição não poderá comprometer o andamento e a qualidade dos trabalhos

Além disso, todos os projetos e documentos técnicos modificados deverão seguir as normas e disposições pertinentes, tais como as Normas Técnicas Brasileiras (NBR) regulamentadas pelo INMETRO, o Manual de Obras Públicas – Edificações, a Resolução nº 04/2006 do TCE/PR, as normas do Ministério do Trabalho e Emprego, as instruções dos órgãos do sistema CREA/CAU/CONFEA, bem como as diretrizes condicionais pelo código de obras e pela legislação municipal de uso e ocupação do solo. Além disso, deverão ser observadas as normas específicas de segurança, saúde, vigilância sanitária e do Corpo de Bombeiros, além de outras regulamentações que se aplicam à execução de obras em edifícios

A referência de custos utilizada para o orçamento deverá ser baseada nas composições nacionais de preços vigentes e especificadas oficialmente, tais como as composições da SEOP (Secretaria de Obras do Paraná), SINAPI, ORSE, e demais parâmetros locais ou aplicáveis ao setor da construção civil. A observância dessas normas garante que o projeto esteja alinhado aos padrões exigidos em termos de segurança, qualidade e custo-benefício.

Quanto a vistoria, na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as



## *Câmara Municipal de Palmas*

condições de realização do serviço ou que optou pela não realização da vistoria, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

Portanto, uma empresa contratada deverá demonstrar, desde a fase de habilitação, que cumpra todos os requisitos técnicos, normativos e legais necessários para a realização dos serviços de elaboração de projeto básico e executivo, acompanhamento e fiscalização da reforma da edificação da Câmara Municipal de Palmas, conforme previsto na Lei 14.133/2021 e nas normas específicas da área de engenharia e arquitetura, bem como atestados de capacidades técnica, jurídica, econômico-financeira, fiscal, social e trabalhista

**I.IV - Estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;**

### **1. Elaboração do Projeto Básico e Executivo**

O projeto básico e executivo é essencial para a reforma e envolve diversas disciplinas, como arquitetura, engenharia civil e elétrica, além de outros serviços especializados. As atividades principais envolvidas:

Estudo de Viabilidade e Estudo Preliminar: elaboração de análise e avaliações para seleção e recomendação de alternativas para a concepção arquitetônica e de seus respectivos elementos, instalações e componentes, visando as técnicas e soluções mais apropriadas, visando sempre a correção das causas. Dimensionamento preliminar dos conceitos do projeto, necessários à compreensão de sua configuração.

Anteprojeto: peça técnica com todos os subsídios necessários à elaboração do projeto básico, conforme inciso XXIV, art. 6º da Lei 14.133/2021

Projeto Básico: conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra ou o serviço, ou o complexo de obras ou de serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos





## *Câmara Municipal de Palmas*

preliminares, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução, conforme inciso XXV, art. 6º da Lei 14.133/2021

Projeto Executivo: conjunto de elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, com o detalhamento das soluções previstas no projeto básico, a identificação de serviços, de materiais e de equipamentos a serem incorporados à obra, bem como suas especificações técnicas, de acordo com as normas técnicas pertinentes;

Item	Descrição do item	Sequência	Etapa	Descrição da etapa
1	Estudo de Viabilidade e Estudo Preliminar. Anteprojeto, projeto básico, projeto executivo, bem como serviços complementares contemplando, mas não se limitando, a: especificações de materiais e serviços, orçamentos, quantitativos, cronogramas físico-financeiros, estudos de viabilidade técnica, laudos técnicos, pareceres, relatórios, levantamentos cadastrais, planilhas orçamentárias (SINAPI), vistorias, protocolos de autorização dentre outros inerentes ao objeto.	1º	Estudo de Viabilidade e Estudo Preliminar	Elaboração de análise técnica e avaliações para seleção e recomendação de alternativas para a concepção arquitetônica e de seus respectivos elementos, instalações e componentes, visando as técnicas e soluções mais apropriadas, visando sempre a correção das causas, a sustentabilidade e o conforto ambiental da estrutura. Dimensionamento preliminar dos conceitos do projeto, necessários à compreensão de sua configuração.
		2º	Anteprojeto	Peça técnica com todos os subsídios necessários à elaboração do projeto básico, conforme inciso XXIV, art. 6º da Lei 14.133/2021
		3º	Projeto Básico	Conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra ou o serviço, ou o complexo de obras ou de serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução, conforme inciso XXV, art. 6º da Lei 14.133/2021. Atendendo a NBR 6492/2021.



## Câmara Municipal de Palmas

		4º	Projeto Executivo	Conjunto de elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, com o detalhamento das soluções previstas no projeto básico, a identificação de serviços, de materiais e de equipamentos a serem incorporados à obra (projetos, planilhas orçamentárias, memoriais descritivos, cronogramas de execução, ART e /ou RRT e demais documentos necessários para abertura de licitação), bem como suas especificações técnicas, de acordo com as normas técnicas pertinentes;
--	--	----	-------------------	---

Quantidades Estimadas:

Áreas	Descrição	m²
<b>Internas</b>	<b>10 salas, 2 recepções, 1 Plenário, 1 auditório, 5 banheiros</b>	<b>354,96</b>
<b>Externas</b>	<b>Calçadas e escadas</b>	<b>90</b>
<b>TOTAL</b>		<b>444,96 m²</b>

A cada etapa será necessário a visita presencial do engenheiro responsável técnico para sanar qualquer dúvida.

### 2. Acompanhamento Técnico, Orientação e Fiscalização

Vencidas as fases do item 1, o(s) responsável(is) pelos projetos deverá(ão) realizar o acompanhamento, orientação, fiscalização e recebimento da execução da manutenção, que será contratada por certame licitatório próprio e posterior à elaboração dos projetos. Nesta etapa o(s) profissional(is) responsável(is) deverá(ão) atestar a conclusão das etapas da execução de acordo ao cronograma físico-financeiro do projeto. Deverá(ão), ainda, realizar quantas visitas sejam necessárias à obra, por iniciativa própria ou por convocação da contratante, sem custo adicional à parte do valor orçado em sua proposta.



## *Câmara Municipal de Palmas*

O acompanhamento técnico é feito desde o momento da licitação até o final da execução da obra, garantindo que todas as etapas sigam o projeto e as normas. Esta etapa envolve visitas técnicas, reuniões, relatórios e orientações.

A fiscalização durante a execução da obra visa garantir a conformidade com o projeto, com a legislação vigente e com os padrões de qualidade estabelecidos. A coleta envolve uma análise final e uma seleção de todos os itens contratados.

Item	Descrição do item	Sequência	Etapas	Descrição da etapa
2	Acompanhamento, orientação, fiscalização e recebimento, juntamente com o fiscal do futuro contrato, da execução a ser contratada e realizada em etapa posterior à elaboração dos projetos.	5º	Acompanhamento, orientação, fiscalização e recebimento da execução	A pasta técnica elaborada até a 4ª etapa irá compor o edital de futuro certame licitatório visando à contratação de empresa para a execução, ficando o(s) profissional(is) responsável(is) pelos projetos também responsável(is) pelo acompanhamento, orientação, fiscalização e recebimento da obra.

### 3. Projeto "como construído" (as built):

Caso haja alteração dos projetos originais, deverá conter a atualização documental, conforme norma ABNT NBR 14645 (todas as partes), de acordo com as alterações eventuais decorrentes de contingências não previstas, com anuência dos autores e responsáveis técnicos pelos projetos e responsáveis pela execução.

Item	Descrição do item	Sequência	Etapas	Descrição da etapa
3	Entrega dos projetos "como construído" (as built), uma vez efetivado o recebimento definitivo da execução.	6º	Entrega de projeto "como construído" (as built).	Uma vez efetivado recebimento definitivo da execução, deverá ser entregue o projeto "como construído" (as built), caso tenha havido alteração nos projetos originais.

## **II. PROSPECÇÃO DE SOLUÇÕES**



### **II.I Levantamento de Mercado (na forma do artigo 18, §1º, inciso V da Lei nº 14.133, de 2021):**

Para a execução dos serviços descritos, foram avaliadas três alternativas com base no levantamento de mercado e nas melhores práticas do setor de engenharia e obras públicas:

#### **1.1. Contratação de Empresa Especializada em Engenharia por Licitação Pública**

Essa alternativa envolve a contratação de uma empresa que presta todos os serviços necessários (elaboração de projetos, supervisão e fiscalização) por meio de processo licitatório regido pela Lei 14.133/2021. A empresa contratada deve ter uma equipe técnica qualificada para realizar o projeto executivo e básico, bem como o acompanhamento e fiscalização da execução da obra na fase posterior.

#### **1.2. Execução dos Projetos e Fiscalização Internamente pela Câmara Municipal**

Outra alternativa seria realizar os serviços internamente, com a equipe técnica da própria Câmara Municipal. Isso exigia que a Câmara dispusesse de uma equipe completa de engenheiros e arquitetos com experiência na elaboração de projetos de reforma e em fiscalização de obras.

#### **1.3. Contratação de Múltiplas Empresas para Cada Fase (Projeto, Fiscalização e Execução)**

Essa alternativa envolveria a contratação de diferentes empresas para cada fase do processo: uma empresa para a elaboração do projeto, outra para o acompanhamento técnico e uma terceira para a fiscalização da obra. A separação dos serviços pode permitir uma especialização maior em cada etapa, mas também pode resultar em maiores dificuldades de cooperação e integração.



## *Câmara Municipal de Palmas*

### **Justificativa para escolha dos fornecedores**

A escolha dos fornecedores para o levantamento da estimativa de preços dos serviços à Câmara Municipal foi realizada com base nos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência, em estrita observância à Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos), especialmente o Art. 23, inciso II e IV.

Ressalta-se que foram realizadas consultas de preço somente a fornecedores especializados na área de arquitetura e engenharia, uma vez que os demais incisos não se aplicam ao caso concreto por se tratar de um serviço com alta especificidade no objeto. Os respectivos orçamentos e a justificativa detalhada para escolha dos fornecedores, encontram-se no anexo I, deste Estudo, “Documento de Formalização da Pesquisa de Preços”.



## *Câmara Municipal de Palmas*

### **II.III. Escolha da Solução (artigo 18, §1º, inciso V e VI da Lei nº 14.133, de 2021):**

Com base na análise das três alternativas, a contratação de uma única empresa especializada em licitação pública foi considerada a solução mais eficiente tanto do ponto de vista quanto econômica.

A contratação de uma única empresa especializada maior integração e continuidade entre as diferentes fases do processo. A empresa responsável pela elaboração do projeto básico e executivo terá um conhecimento profundo das especificidades da obra e, portanto, estará melhor equipada para orientar e acompanhar a execução da obra em uma fase posterior.

Por outro lado, a realização dos serviços internamente pela equipe técnica da Câmara Municipal de Palmas não é viável, pois a estrutura interna não possui o corpo técnico adequado e especializado em projetos e fiscalização de obras dessa complexidade, o que poderia comprometer a qualidade técnica do projeto e do acompanhamento.

Contratar várias empresas também não é ideal. A fragmentação dos serviços em diferentes contratos pode resultar em falhas de comunicação entre os principais, aumentando a chance de atrasos e a necessidade de ajustes e retrabalho. Além disso, isso ampliaria a complexidade da gestão do contrato, dificultando o controle pela Câmara.

A contratação de uma única empresa especializada por meio de licitação também apresenta vantagens econômicas significativas. Ela permite a obtenção de economia de escala, visto que todos os serviços serão contratados em um único processo, permitindo maior controle dos custos e evitando a duplicação de esforços entre discussões de serviços diferentes.

Com base na análise das alternativas técnicas e econômicas, a contratação de uma única empresa especializada em engenharia por meio de licitação pública é a alternativa mais adequada para a elaboração do projeto básico e executivo de reforma da Câmara Municipal de Palmas, além do acompanhamento, orientação, fiscalização e coleta da execução da obra em etapa posterior. Essa solução garante a continuidade, integração e eficiência das etapas,



## *Câmara Municipal de Palmas*

além de ser a mais vantajosa do ponto de vista econômico, garantindo maior economia de escala e menor risco de retrabalho ou descoordenação.

### **III. DETALHAMENTO DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA**

#### **III.I Descrição da Solução como um todo (na forma do artigo 18, §1º, inciso IV e VII da Lei nº 14.133, de 2021):**

Uma solução é o conjunto de todos os elementos dos bens necessários para, de forma integrada, gerar os resultados que atendam à necessidade que ocasionou a contratação, neste presente estudo a solução será composta por:

A contratação visa a elaboração de projetos básicos e executivos para a reforma da edificação da Câmara Municipal de Palmas, com uma área total construída de 444,96 m². A empresa contratada deverá executar um conjunto de serviços específicos relacionados à substituição e reparo de estruturas, além de outros serviços de adequação e manutenção para garantir a longevidade e funcionalidade da edificação.

#### **1. Substituição do Telhado e Estrutura Associada**

A reforma do telhado inclui a remoção e substituição de todos os componentes, como:

- Estrutura
- Telhas
- Calhas
- Tesouros
- Gerosas
- Outros elementos estruturais associados





## *Câmara Municipal de Palmas*

Observa-se que a atual estrutura do telhado da Câmara é feita em madeira. Sendo assim, visando maior durabilidade e economicidade, a nova estrutura deverá ser em metal.

Deste modo, a empresa deverá realizar uma análise detalhada do estado atual da estrutura do telhado, considerando a retirada dos materiais e garantindo a correta instalação dos novos componentes, além de garantir que estejam em conformidade com as normas de engenharia e segurança vigente.

### 2. Verificação e Adequação das Instalações Elétricas

A rede elétrica ligada ao telhado também será verificada para identificar eventuais danos ou necessidades de manutenção. A empresa contratada será responsável pela detecção de problemas elétricos e pela proposição de soluções que garantam a segurança e a adequação técnica do sistema.

### 3. Forro de gesso

Considerando que em diversas salas da Câmara o forro de gesso já está comprometido e com a troca do telhado há grande possibilidade de ocorrer maiores danos, deverá ser realizado a substituição do forro de gesso da área interna da Câmara. Após a substituição do forro de gesso, todo o teto deverá receber emassamento e pintura.

### 4. Pintura Interna e Impermeabilização

O serviço de pintura interna será realizado nas áreas internas e externas, utilizando materiais de alta qualidade e impermeabilizantes. Isso visa aumentar a durabilidade e a estética das paredes da edificação, evitando infiltrações e danos estruturais ao longo do tempo.

Além disso, a empresa deverá realizar uma análise detalhada do estado atual das paredes, a fim de averiguar a necessidade de outros serviços além da pintura, como raspagem, emassamento, entre outros.



## *Câmara Municipal de Palmas*

### 5. Acompanhamento e Fiscalização

A empresa contratada deverá designar um preposto que será responsável por todas as fases de elaboração dos projetos, coordenando a equipe técnica e especificamente como ponto de contato para o contratante. Ele deverá garantir:

- a) A compatibilização de todos os projetos, evitando conflitos entre especialidades.
- b) A adequação dos projetos às normas técnicas e legislações vigentes.
- c) O gerenciamento das interferências e a compatibilização entre os diferentes projetos (estrutural, elétrico, hidráulico, etc.).
- d) A análise dos comentários e recomendações do contratante, com a devida técnica justificativa para eventuais não-atendimentos.

### 6. Critérios de Manutenção

Os projetos devem incluir especificações para futuras manutenções de áreas reformadas, com orientações técnicas sobre os componentes substituídos, especialmente no telhado e nas instalações elétricas. Esses critérios visam garantir a durabilidade das soluções inovadoras e facilitar futuras intervenções, como inspeções periódicas e manutenção preventiva.

No caso do telhado, a documentação deverá incluir os materiais utilizados, o ciclo de vida esperado e as orientações para manutenção periódica, como limpeza de calhas e inspeções estruturais.

As instalações elétricas devem ser acompanhadas de instruções claras para futuras manutenções, prevenindo riscos e garantindo a segurança da edificação.

### 7. Reuniões de Acompanhamento

Durante a execução do projeto, estão previstas no mínimo quatro reuniões entre o contratante e a contratada, sendo estas obrigatórias em fases importantes, como:



## *Câmara Municipal de Palmas*

- Estudo de Viabilidade e Preliminar
- Anteprojeto
- Projeto Executivo

Essas reuniões servirão para a validação e ajustes necessários no andamento do projeto, garantindo que as expectativas e critérios do contrato sejam atendidos de forma eficiente.

### 8. Entrega e Formato dos Projetos

Os projetos deverão ser entregues em três vias físicas e devidamente assinadas, além de arquivos digitais nos formatos compatíveis com o software AutoCAD 2018 ou superior e em extensões DOCX, XLSX e PDF. Todas as peças, incluindo memoriais descritivos, planilhas orçamentárias e cronogramas, deverão estar compatibilizadas e sem divergências entre si, facilitando o processo de execução da obra em etapas futuras

### 9. Assistência Técnica

Durante a execução dos serviços, a empresa deve garantir a assistência técnica integral, tanto durante a fase de elaboração dos projetos quanto no acompanhamento da futura execução da obra. A assistência técnica deve incluir:

- a) Esclarecimento de dúvidas relativas
- b) Suporte técnico em possíveis modificações ou ajustes necessários
- c) Supervisão direta da compatibilização e execução dos projetos conforme critérios legais e legais.

### 10. Direitos Autorais



## *Câmara Municipal de Palmas*

Conforme o artigo 93 da Lei 14.133/2021, os direitos autorais relativos aos estudos e projetos desenvolvidos pela contratação serão cedidos à contratante, permitindo o uso irrestrito dos projetos para a execução e futuras orientações na edificação.

Quanto a modalidade escolhida, o julgamento das propostas deverá ser por lote (grupo de itens), pelo critério de menor preço. Ressalta-se que a lei preconiza que para serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual será usado como forma preferencial o critério de técnica e preço.

A adoção do critério de menor preço pela Administração se justifica, uma vez que esta não dispõe, em seu quadro, de profissionais com o conhecimento técnico necessário para realizar a contratação utilizando o critério de julgamento por técnica e preço.

A modalidade de licitação será concorrência eletrônica, visto que a presente contratação se trata de serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual, enquadrando-se no art. 6, inciso XVIII alínea “a”, da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo vedada a aplicação do tipo de licitação pregão conforme art. 29, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.

### **II.II Estimativa do Valor da Contratação (na forma do artigo 18, §1º, inciso VI da Lei nº 14.133, de 2021):**

O preço estimado da contratação é de **R\$ 43.521,10 (quarenta e três mil, quinhentos e vinte e um reais e dez centavos)** sendo o valor unitário estimado de:

ITEM 1 - Estudo de Viabilidade e Estudo Preliminar:

**R\$ 27.352,22 (vinte e sete mil, trezentos e cinquenta e dois reais e vinte e dois centavos)**

ITEM 2 - Acompanhamento, orientação, fiscalização e recebimento, juntamente com o fiscal do futuro contrato, da execução a ser contratada e realizada em etapa posterior à elaboração dos projetos:

**R\$ 7.624,22 (sete mil, seiscentos e vinte e quatro reais e vinte e dois centavos)**



## *Câmara Municipal de Palmas*

ITEM 3 - Entrega dos projetos "como construído" (as built), uma vez efetivado o recebimento definitivo da execução:

**R\$ 8.544,44 (oito mil, quinhentos e quarenta e quatro reais e quarenta e quatro centavos)**

ITEM 1	Soma	Média Aritmética
R\$ 23.030,00	R\$ 82.056,00	R\$ 27.352,00
R\$ 25.600,00		
R\$ 33.426,66		
ITEM 2	Soma	Média Aritmética
R\$ 7.530,00	R\$ 22.873,33	R\$ 7.624,44
R\$ 8.400,00		
R\$ 6.943,33		
ITEM 3	Soma	Média Aritmética
R\$ 3.500,00	R\$ 25.633,33	R\$ 8.544,44
R\$ 4.200,00		
R\$ 17.933,33		
TOTAL	R\$ 43.521,10	

**O valor previamente estimado da contratação é compatível com os valores praticados pelo mercado considerando cotações com fornecedores, contratações similares feitas pela Administração Pública conforme o art. 23, da Lei 14.133/2021.**

Conforme Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021, no Artigo 3º, "A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá: inciso V método estatístico aplicado para a definição do valor estimado.

Os preços unitários referenciais e as memórias de cálculo estão presentes em anexo a este Estudo.



### **III.III. Justificativas para o Parcelamento, ou Não, da Contratação (na forma do artigo 18, §1º, inciso VIII da Lei nº 14.133, de 2021):**

A contratação tem como objetivo a elaboração dos projetos básicos e executivos para a reforma de uma edificação, que inclui uma série de atividades técnicas interdependentes: substituição do telhado e sua estrutura, verificação das instalações elétricas, forro de gesso e pintura interna, além da compatibilização de todos os projetos. Essas atividades, embora distintas em sua execução, estão fortemente integradas em termos de planejamento e gestão. A divisão desses serviços em parcelas poderia dificultar a harmonização e compatibilização entre as diferentes especialidades envolvidas (arquitetura, engenharia elétrica, hidráulica, estrutural, entre outras), causando atrasos ou retrabalhos na fase de execução.

Além da elaboração dos projetos, a empresa contratada será responsável pelo acompanhamento e fiscalização da futura execução da obra, o que reforçará a necessidade de uma gestão centralizada e coerente em todas as fases do contrato. Parcelar a contratação poderia fragmentar o controle da execução, dificultando a comunicação entre os responsáveis e comprometendo a qualidade final dos projetos e da obra.

Outra razão contra o parcelamento é o risco de descontinuidade entre as diferentes fases do projeto. Se os serviços fossem contratados separadamente, haveria o risco de atrasos na progressão entre as empresas responsáveis por cada parcela do contrato, prejudicando o andamento do cronograma e podendo gerar lacunas no atendimento das necessidades do projeto.

Dado o caráter integrado das atividades a serem realizadas, a necessidade de compatibilização entre os diferentes projetos, a importância de uma fiscalização centralizada, e a busca pela economia de escala, a recomendação é não parcelar a contratação. A gestão unificada por uma única empresa especializada garantirá maior eficiência, coerência técnica e econômica, além de mitigar riscos de incompatibilidades e atrasos na execução da obra.



## *Câmara Municipal de Palmas*

### **IV. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes (na forma do artigo 18, § 1º, inciso XI da Lei nº 14.133, de 2021):**

Recomenda-se a oferta de cursos de capacitação na área de contratação de obras e engenharia para os servidores que atuam como Agentes de Contratação. Além disso, é importante disponibilizar cursos de fiscalização de obras para os servidores designados como Fiscais de Contrato. Essas medidas visam garantir uma atuação adequada durante o processo licitatório para a contratação e execução da reforma da Câmara Municipal.



## *Câmara Municipal de Palmas*

### **V. Resultados Pretendidos (na forma do artigo 18, § 1º, inciso IX da Lei nº 14.133, de 2021):**

A centralização das responsabilidades em uma única empresa especializada permitirá uma maior eficiência na gestão do projeto, evitando sobreposições de serviços e reduzindo o risco de retrabalhos que aumentariam os custos finais. A compatibilização entre os diferentes projetos desde o início garante que não haverá divergências que possam gerar custos adicionais durante a execução da obra.

A empresa contratada, por ser responsável por todas as etapas (projeto, acompanhamento, fiscalização), terá maior controle sobre os custos operacionais ao evitar a necessidade de várias equipes e coordenadores trabalhando de forma desconexa. Isso minimiza os gastos administrativos e os custos de comunicação entre diferentes fornecedores, que seriam necessários caso o contrato fosse parcelado.

A solução adotada envolve a utilização de uma equipe técnica centralizada, coordenada por um preposto da empresa contratada, que garantirá a comunicação eficaz entre os diversos profissionais envolvidos, como engenheiros civis, eletricitas e arquitetos. Isso evita a fragmentação do conhecimento e permite que todos os membros da equipe trabalhem com uma visão integrada do projeto.

A presença de especialistas da empresa contratada nas áreas de engenharia e arquitetura garantirá que os recursos humanos sejam utilizados de maneira mais eficiente, com cada profissional atuando em sua especialidade de forma coordenada e planejada. A integração da equipe permite uma melhor gestão de tempo e recursos, evitando atrasos ou gargalos que surgiriam com múltiplas equipes não coordenadas.

A contratação inclui a responsabilidade da empresa contratada pela especificação adequada de materiais durante o projeto, visando o aumento da vida útil da edificação e a redução de manutenções futuras. Isso gera uma economia a longo prazo, pois materiais de qualidade minimizam os gastos com substituições e reparos.





## *Câmara Municipal de Palmas*

A elaboração de um projeto executivo detalhado permitirá que os materiais necessários para a futura execução da obra sejam dimensionados corretamente. A previsão de uso evita o desperdício e otimiza o orçamento, já que a contratada poderá planejar o uso de insumos conforme as necessidades específicas do projeto.

A compatibilização dos projetos de diferentes especialidades desde a fase de elaboração permitirá a criação de uma planilha orçamentária precisa e detalhada, refletindo de forma exata as necessidades da obra. Isso evita surpresas ou estouros de orçamento durante a execução, já que todos os aspectos da obra serão previstos com antecedência.



## *Câmara Municipal de Palmas*

### **VI- Providências a serem Adotadas (na forma do artigo 18, § 1º, inciso X da Lei nº 14.133, de 2021):**

Fundamentação: Providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração da Ata de Registro de Preços, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e adequação do ambiente da organização; (inciso X do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

Para que os serviços sejam realizados em contento com o esperado por esta Administração se fazem necessárias contratações de cursos de capacitação para a equipe de contratação e para o fiscal de contrato, ressalta-se que as capacitações devem ser voltadas para a área e obras e serviços de engenharia, afim de ampliar a efetividade e eficiência durante a contratação e fiscalização da empresa que irá executar a obra.

### **VII. Possíveis Impactos Ambientais e Respectivas Medidas Mitigadoras (na forma do artigo 18, § 1º, inciso XII da Lei nº 14.133, de 2021):**

Não há impacto ambiental com essa contratação. A contratada deverá atender aos critérios de qualidade ambiental, sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção ao meio ambiente

### **VIII. Posicionamento Conclusivo (na forma do art. 18, §1º, inciso XIII, da Lei nº 14.133, de 2021)**

O posicionamento é favorável à contratação de empresa especializada para prestação de serviço na área de engenharia para elaboração de projeto básico e executivo de reforma da edificação da Câmara Municipal de Palmas, incluindo o acompanhamento, orientação, fiscalização e recebimento da execução a ser realizada em etapa posterior

### **VIII. DA CONCLUSÃO**

Por todo exposto, conclui-se que a presente contratação é necessária para o atendimento do interesse público. Declara-se a viabilidade da contratação.



## ***Câmara Municipal de Palmas***

**I. ASSINATURA(S) DO(S) MEMBRO(S) DA EQUIPE RESPONSÁVEL OU DO RESPONSÁVEL TÉCNICO:**

---

**Nome: Eliaki Marcelli Zanini**

**Agente de Contratação**



# ***Câmara Municipal de Palmas***

## **ANEXO III - TERMO DE REFERÊNCIA**

Processo Administrativo nº 21/2024

### **1. DEFINIÇÃO DO OBJETO**

- 1.1. Trata-se da contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de engenharia, visando a elaboração de projetos básico e executivo para a reforma da edificação da Câmara Municipal de Palmas, incluindo o acompanhamento, orientação, fiscalização e recebimento da execução da obra, conforme especificações técnicas constantes neste Termo de Referência.
- 1.2. A presente contratação, caracteriza-se como serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual, enquadrando-se no art. 6, inciso XVIII alínea “a”, da Lei Federal nº 14.133/2021:

*XVIII - serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual: aqueles realizados em trabalhos relativos a:*

*a) estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos e projetos executivos;*

### **1.3. Especificações e Quantidades:**

LOTE 1 ÚNICO					
Item	Descrição do item	Sequência	Etapa	Descrição da etapa	Valor
		1º	Estudo de Viabilidade e Estudo Preliminar	Elaboração de análise e avaliações para seleção e recomendação de alternativas para a concepção arquitetônica e de seus respectivos elementos, instalações e componentes, visando as técnicas e soluções mais apropriadas, visando sempre a correção das causas. Dimensionamento preliminar dos conceitos do projeto,	R\$ 27.352,00



## *Câmara Municipal de Palmas*

1	Estudo de Viabilidade e Estudo Preliminar. Anteprojeto, projeto básico, projeto executivo, bem como serviços complementares contemplando, mas não se limitando, a: especificações de materiais e serviços, orçamentos, quantitativos, cronogramas físico-financeiros, estudos de viabilidade técnica, laudos técnicos, pareceres, relatórios, levantamentos cadastrais, planilhas orçamentárias (SINAPI), vistorias, protocolos de autorização dentre outros inerentes ao objeto.			necessários à compreensão de sua configuração.	
		2º	Anteprojeto	Peça técnica com todos os subsídios necessários à elaboração do projeto básico, conforme inciso XXIV, art. 6º da Lei 14.133/2021	
		3º	Projeto Básico	Conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra ou o serviço, ou o complexo de obras ou de serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução, conforme inciso XXV, art. 6º da Lei 14.133/2021	
		4º	Projeto Executivo	Conjunto de elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, com o detalhamento das soluções previstas no projeto básico, a identificação de serviços, de materiais e de equipamentos a serem incorporados à obra, bem como suas especificações técnicas, de acordo com as normas técnicas pertinentes;	
2	Acompanhamento, orientação, fiscalização e recebimento, juntamente com o fiscal do futuro contrato, da execução a ser contratada	5º	Acompanhamento, orientação, fiscalização e	Os projetos elaborados até a 4ª etapa comporão o edital de futuro certame licitatório visando à contratação de empresa para a execução,	R\$ 7.624,44



## *Câmara Municipal de Palmas*

	e realizada em etapa posterior à elaboração dos projetos.		recebimento da execução	ficando o(s) profissional(is) responsável(is) pelos projetos também responsável(is) pelo acompanhamento, orientação, fiscalização e recebimento da obra.	
3	Entrega dos projetos "como construído" (as built), uma vez efetivado o recebimento definitivo da execução.	6º	Entrega de projeto "como construído" (as built).	Uma vez efetivado o recebimento definitivo da execução, deverá ser entregue o projeto "como construído" (as built), caso tenha havido alteração nos projetos originais.	R\$ 8.544,44
<b>VALOR TOTAL</b>					<b>R\$ 43.521,10</b>

### **2. Os itens e etapas constantes da tabela acima deverão contemplar o seguinte:**

#### **2.1. Elaboração do Projeto Básico e Executivo**

**2.2. Estudo de Viabilidade e Estudo Preliminar:** elaboração de análise e avaliações para seleção e recomendação de alternativas para a concepção arquitetônica e de seus respectivos elementos, instalações e componentes, visando as técnicas e soluções mais apropriadas, visando sempre a correção das causas. Dimensionamento preliminar dos conceitos do projeto, necessários à compreensão de sua configuração.

**2.3. Anteprojeto:** peça técnica com todos os subsídios necessários à elaboração do projeto básico, conforme inciso XXIV, art. 6º da Lei 14.133/2021

**2.4. Projeto Básico:** conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra ou o serviço, ou o complexo de obras ou de serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução, conforme inciso XXV, art. 6º da Lei 14.133/2021

**2.5. Projeto Executivo:** conjunto de elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, com o detalhamento das soluções previstas no projeto básico, a identificação de serviços, de



## *Câmara Municipal de Palmas*

materiais e de equipamentos a serem incorporados à obra, bem como suas especificações técnicas, de acordo com as normas técnicas pertinentes;

### **3. Acompanhamento Técnico, Orientação e Fiscalização**

3.1. Vencidas as fases do item 1, o(s) responsável(is) pelos projetos deverá(ão) realizar o acompanhamento, orientação, fiscalização e recebimento da execução da manutenção, que será contratada por certame licitatório próprio e posterior à elaboração dos projetos. Nesta etapa o(s) profissional(is) responsável(is) deverá(ão) atestar a conclusão das etapas da execução de acordo ao cronograma físico-financeiro do projeto. Deverá(ão), ainda, realizar quantas visitas sejam necessárias à obra, por iniciativa própria ou por convocação da contratante, sem custo adicional à parte do valor orçado em sua proposta.

3.2. O acompanhamento técnico é feito desde o momento da licitação até o final da execução da obra, garantindo que todas as etapas sigam o projeto e as normas. Esta etapa envolve visitas técnicas, reuniões, relatórios e orientações.

3.3. A fiscalização durante a execução da obra visa garantir a conformidade com o projeto, com a legislação vigente e com os padrões de qualidade estabelecidos. A coleta envolve uma análise final e uma seleção de todos os itens contratados.

### **3.4. Projeto "como construído" (as built):**

3.4.1. Caso haja alteração dos projetos originais, deverá conter a atualização documental, conforme norma ABNT NBR 14645 (todas as partes), de acordo com as alterações eventuais decorrentes de contingências não previstas, com anuência dos autores e responsáveis técnicos pelos projetos e responsáveis pela execução.

### **3.5. DA COMPOSIÇÃO DO OBJETO**

**3.5.1. Compõem o objeto da contratação**, além de outros constantes neste termo, os seguintes documentos:

**3.5.2. Memorial descritivo:** deverá conter a data de sua realização e a descrição geral do projeto específico, de suas partes constitutivas e de sua inter-relação com os demais projetos específicos.



## *Câmara Municipal de Palmas*

Deverão ser descritos os serviços a serem executados, os materiais a serem empregados, os processos construtivos a serem adotados, além das instalações especiais exigidas e das obras de infraestrutura e complementares necessárias. Preferencialmente, a descrição geral do projeto deverá ser dividida por tipos, comentando-se as particularidades a serem observadas, como trecho prioritário para execução. É necessário relacionar todas as descrições aos desenhos (números, códigos etc.) e indicar as normas que embasaram o projeto.

**3.5.3. Memorial justificativo:** deverá indicar as razões para as soluções adotadas, com informações sobre a conformidade do projeto específico com as definições preestabelecidas. Deverá apresentar razões para a adoção dos programas e estilos escolhidos, relacionamento da obra específica com fatores condicionantes e outras justificativas julgadas pertinentes.

**3.5.4. Memorial de cálculo:** deverá conter, de forma sucinta, os critérios e as normas que nortearam o cálculo, para cada tipo de projeto, bem como particularidades especiais que mereçam citação. É necessário relacionar todos os cálculos às descrições e aos desenhos (números, códigos etc.), além de indicar as normas que serviram como base para os cálculos.

**3.5.5. Desenhos:** deverão seguir as normas brasileiras para desenho técnico (ABNT). Esses desenhos deverão ser elaborados de tal forma que a análise e compreensão de todo o projeto seja facilitada. Eles incluem plantas baixas, plantas de situação, elevações, cortes, detalhes construtivos, perspectivas, dentre outros.

**3.5.6. Planilhas de orçamento:** deve conter a descrição dos serviços, equipamentos e materiais, a referência utilizada (fonte e respectivo código, quando aplicável), unidade, quantidade, preço unitário, preço total, total geral e BDI. A planilha deverá conter também uma coluna indicando, para cada item, qual foi o critério utilizado para obtenção do preço e, no caso de uso de tabelas oficiais, indicar o código do serviço, material ou equipamento. Na etapa de anteprojeto deverá ser apresentada estimativa orçamentária.

3.6. Deve ser utilizada como referência básica e quando aplicável, o Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, ou outro sistema de preços oficial que melhor corresponda à realidade local, devidamente indicado e justificado.





## *Câmara Municipal de Palmas*

3.7. Todos os preços compostos que não sejam originados por sistemas de preços oficiais deverão ter suas composições apresentadas de forma analítica, em anexo ao orçamento detalhado, contendo as composições dos custos unitários dos serviços.

3.8. Para os materiais e serviços não constantes nas condições anteriores, deverá ser realizada pesquisa de preços junto ao mercado fornecedor, com a adoção da média dos valores obtidos, sendo de responsabilidade da contratada os valores informados.

3.9. Deverão ser apresentadas as composições analíticas das Leis Sociais e do BDI aplicados no orçamento.

3.10. O orçamento deverá ser apresentado com valores financeiros com duas casas decimais.

**3.11. Cronograma físico-financeiro:** o cronograma físico-financeiro deve contemplar todas as fases de execução da futura obra e representar o desenvolvimento previsto para a execução total dos serviços em relação ao tempo.

**3.12. Documentos:** Responsabilidades Técnicas (ART/RRT) e outros referentes às demandas específicas de cada especialidade, tais como registros e aprovações.

**3.13. Especificações técnicas de materiais, equipamentos e serviços (Caderno de Encargos):** As especificações, devidamente subdivididas pelos tipos de projeto e relacionadas por itens, deverão apresentar todas as características dos serviços, materiais e equipamentos, não deixando nenhuma dúvida quanto ao material a ser adquirido e utilizado, e ainda:

**3.14. É vedada a indicação de marcas como referência para materiais, sem a clara indicação das características de similaridade.**

3.15. Poderão ser utilizados como modelo os cadernos de encargos de uso corrente, como:

3.15.1. Práticas da SEAP - Manual de Obras Públicas e Edificações; Caderno de Encargos da PINI.

3.16. Nesse caso, deverá ser especificado o material de aplicação e citado o procedimento do serviço, com o respectivo item do caderno de encargos adotado.



## ***Câmara Municipal de Palmas***

3.17. Poderão ser anexados catálogos de fabricantes às suas especificações, com o objetivo de elucidar dúvidas ou especificar procedimentos e materiais, no entanto, não poderá especificar um único fabricante ou fornecedor específico para cada item, salvo se tecnicamente justificado. Deverão ser mencionados modelo e linha de pelo menos 03 (três) fabricantes de referência, escolhidos por critério de equivalência.

### **4. PRAZO DO CONTRATO / PRORROGAÇÃO**

4.1. O prazo de vigência do contrato será de **12 (doze) meses**, iniciando-se na data de sua publicação ou data distinta prevista no contrato.

4.2. O contrato poderá ser prorrogado, havendo interesse entre as partes e a critério da contratante, consoante o art. 111 da Lei Federal nº 14.133/2021.

### **5. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

5.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

5.2. O objeto da contratação não está previsto no Plano de Contratações Anual, uma vez que não elaborado. Nesse sentido, destaca-se que o referido instrumento possui caráter facultativo, conforme previsto na Lei 14.133/2021, em seus arts. 12 e 18, razão pela qual sua concepção para o exercício financeiro de 2024 ainda não foi elaborada. Ressalta-se, ademais, que o presente ano de 2024 se trata do primeiro ano em que a Nova Lei de Licitações teve sua aplicação ao âmbito deste órgão público, motivo pelo qual as adequações ao novo diploma legal se encontram em aprimoramento.

5.3. Com intuito de fortalecer o compromisso com a transparência e os princípios legais da gestão pública, manifestamos nosso empenho de fornecer informações detalhadas sobre as contratações já realizadas e a programação de futuras contratações.

### **6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**



## ***Câmara Municipal de Palmas***

6.1. A contratação visa a elaboração de projetos básicos e executivos para a reforma da edificação da Câmara Municipal de Palmas, com uma área total construída de 444,96 m<sup>2</sup>. A empresa contratada deverá executar um conjunto de serviços específicos relacionados à substituição e reparo de estruturas, além de outros serviços de adequação e manutenção para garantir a longevidade e funcionalidade da edificação.

### **6.2. Substituição do Telhado e Estrutura Associada**

6.3. A reforma do telhado inclui a remoção e substituição de todos os componentes, como:

6.3.1. Estrutura (terças)

6.3.2. Telhas de eternit

6.3.3. Calhas

6.3.4. Tesouros

6.3.5. Gerosas

6.3.6. Outros elementos estruturais associados que possam compor o telhado

6.4. Observa-se que a atual estrutura do telhado da Câmara é feita em madeira. Sendo assim, visando maior durabilidade e economicidade, a nova estrutura deverá ser em metal.

6.5. Deste modo, a empresa deverá realizar uma análise detalhada do estado atual da estrutura do telhado, considerando a retirada dos materiais e garantindo a correta instalação dos novos componentes, além de garantir que estejam em conformidade com as normas de engenharia e segurança vigente.

### **6.6. Verificação e Adequação das Instalações Elétricas**

6.6.1. A rede elétrica ligada ao telhado também será verificada para identificar eventuais danos ou necessidades de manutenção. A empresa contratada será responsável pela detecção de problemas elétricos e pela proposição de soluções que garantam a segurança e a adequação técnica do sistema.



## ***Câmara Municipal de Palmas***

### **6.7. Forro de gesso**

6.7.1. Considerando que em diversas salas da Câmara o forro de gesso já está comprometido e com a troca do telhado há grande possibilidade de ocorrer maiores danos, deverá ser realizado a substituição do forro de gesso da área interna da Câmara. Após a substituição do forro de gesso, todo o teto deverá receber emassamento e pintura.

### **6.8. Pintura Interna e Impermeabilização**

6.8.1. O serviço de pintura interna será realizado nas áreas internas e externas, utilizando materiais de alta qualidade e impermeabilizantes. Isso visa aumentar a durabilidade e a estética das paredes da edificação, evitando infiltrações e danos estruturais ao longo do tempo.

6.8.2. Além disso, a empresa deverá realizar uma análise detalhada do estado atual das paredes, a fim de averiguar a necessidade de outros serviços além da pintura, como raspagem, emassamento, entre outros.

### **6.9. Acompanhamento e Fiscalização**

6.10. A empresa contratada deverá designar um preposto que será responsável por todas as fases de elaboração dos projetos, coordenando a equipe técnica e especificamente como ponto de contato para o contratante. Ele deverá garantir:

- a) A compatibilização de todos os projetos, evitando conflitos entre especialidades.
- b) A adequação dos projetos às normas técnicas e legislações vigentes.
- c) O gerenciamento das interferências e a compatibilização entre os diferentes projetos (estrutural, elétrico, hidráulico, etc.).
- d) A análise dos comentários e recomendações do contratante, com a devida técnica justificativa para eventuais não-atendimentos.

### **6.11. Critérios de Manutenção**



## ***Câmara Municipal de Palmas***

6.11.1. Os projetos devem incluir especificações para futuras manutenções de áreas reformadas, com orientações técnicas sobre os componentes substituídos, especialmente no telhado e nas instalações elétricas. Esses critérios visam garantir a durabilidade das soluções inovadoras e facilitar futuras intervenções, como inspeções periódicas e manutenção preventiva.

6.11.2. No caso do telhado, a documentação deverá incluir os materiais utilizados, o ciclo de vida esperado e as orientações para manutenção periódica, como limpeza de calhas e inspeções estruturais.

6.11.3. As instalações elétricas devem ser acompanhadas de instruções claras para futuras manutenções, prevenindo riscos e garantindo a segurança da edificação.

### **6.12. Reuniões de Acompanhamento**

6.12.1. Durante a execução do projeto, estão previstas no mínimo quatro reuniões entre o contratante e a contratada, sendo estas obrigatórias em fases importantes, como:

- a) Estudo de Viabilidade e Preliminar
- b) Anteprojeto
- c) Projeto Executivo

6.12.2. Essas reuniões servirão para a validação e ajustes necessários no andamento do projeto, garantindo que as expectativas e critérios do contrato sejam atendidos de forma eficiente.

### **6.13. Entrega e Formato dos Projetos**

6.13.1. Os projetos deverão ser entregues em três vias físicas e devidamente assinadas, além de arquivos digitais nos formatos compatíveis com o software AutoCAD 2018 ou superior e em extensões DOCX, XLSX e PDF. Todas as peças, incluindo memoriais descritivos, planilhas orçamentárias e cronogramas, deverão estar compatibilizadas e sem divergências entre si, facilitando o processo de execução da obra em etapas futuras.

### **6.14. Assistência Técnica**



## ***Câmara Municipal de Palmas***

6.14.1. Durante a execução dos serviços, a empresa deve garantir a assistência técnica integral, tanto durante a fase de elaboração dos projetos quanto no acompanhamento da futura execução da obra. A assistência técnica deve incluir:

- a) Esclarecimento de dúvidas relativas
- b) Suporte técnico em possíveis modificações ou ajustes necessários
- c) Supervisão direta da compatibilização e execução dos projetos conforme critérios legais e legais.

### **6.15. Direitos Autorais**

6.15.1. Conforme o artigo 93 da Lei 14.133/2021, os direitos autorais relativos aos estudos e projetos desenvolvidos pela contratação serão cedidos à contratante, permitindo o uso irrestrito dos projetos para a execução e futuras orientações na edificação.

### **6.16. Vistoria**

6.16.1. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço ou que optou pela não realização da vistoria, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

6.16.2. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado no fone (46)3262-1509 ou no seguinte email: [licitacao@camarapalmas.pr.gov.br](mailto:licitacao@camarapalmas.pr.gov.br), de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes

## **7. LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP**

7.1. Para o presente processo licitatório, aplica-se o tratamento diferenciado e favorecido as microempresas e empresa de pequeno porte, em cumprimento a Lei Complementar nº 123/2006, de 14 de dezembro de 2006, alterada para a Lei Complementar nº 147/2014 de 07 de agosto de 2014.



## ***Câmara Municipal de Palmas***

### **8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

8.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 43.521,10 (quarenta e três mil, quinhentos e vinte e um reais e dez centavos)**, conforme custos unitários descritos no Documento de Formalização da Pesquisa de Preço, apêndice ao Estudo Técnico Preliminar.

8.2. Neste processo foram utilizados e localizados valores de acordo com os parâmetros do artigo 23 da Lei 14.133/21, incisos II e IV. Considerou-se à composição do valor a pesquisa direta com fornecedores, e contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, os quais possibilitam evidenciaras reais condições do mercado local.

8.3. O item conta com no mínimo três valores, apurando-se a partir daí a média aritmética simples, conforme recomendação do TCU e atendendo a regra do art. 6º, XXIII, alínea “i”, da Lei de Licitações, certificando-se de que os preços obtidos correspondem aos praticados no mercado.

### **9. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**9.1.** O licitante deverá fornecer para fins de habilitação:

I - Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

II - Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

III - Declaração atestando que conhece o local e as condições de realização da obra ou serviço, assegurado o direito de realização de vistoria prévia ou declaração assinada pelo responsável



## ***Câmara Municipal de Palmas***

técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

IV - Comprovação de existência jurídica da pessoa e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada.

### **9.2. As habilitações fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:**

I - a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

II - a inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

III - a regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

IV - a regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

V - a regularidade perante a Justiça do Trabalho;

VI - o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

### **9.3. Habilitação econômico-financeira:**

I - balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

II - certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

### **9.4. Quanto a qualificação técnico-profissional e técnico-operacional:**

I - Apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, detentor de Atestado de Responsabilidade Técnica (ART) por execução de serviço de características semelhantes;





## ***Câmara Municipal de Palmas***

Apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, detentor de Atestado de Responsabilidade Técnica (ART) por execução de serviço de características semelhantes;

II - Certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior;

III - Indicação do pessoal técnico para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

IV - Registro ou inscrição na entidade profissional competente, CREA ou CAU;

VI - Atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento), conforme artigo 67 § 2º da Lei 14.133/21.

### **10. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

10.1. Os serviços serão monitorados por meio de reuniões periódicas entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA. Essas reuniões ocorrerão na sede da CONTRATANTE, em quantidade e periodicidade definidas conforme as necessidades ao longo da execução do objeto, sendo exigido o mínimo de quatro reuniões para a apresentação e validação dos seguintes itens:

i) Estudo de Viabilidade e Estudo Preliminar;

ii) Anteprojeto;

iii) Projeto Executivo e Projeto Básico.

10.2. Após a assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá designar um preposto responsável pela coordenação dos projetos, que deverá, no mínimo:

I - Integrar o quadro técnico da CONTRATADA ou ser contratado de acordo com a legislação vigente;



## *Câmara Municipal de Palmas*

II - Ser devidamente qualificado e fornecer todas as informações necessárias para esclarecer dúvidas e prestar esclarecimentos à CONTRATANTE;

III - Garantir a compatibilização dos projetos entre si em todas as fases de desenvolvimento e gerenciar as interferências;

IV - Ser o ponto de contato com o fiscal do contrato da CONTRATANTE, esclarecendo dúvidas, obtendo informações e definindo aspectos dos projetos;

V - Programar e coordenar reuniões entre os profissionais da equipe responsável pelos projetos e a CONTRATANTE;

VI - Coordenar a entrega dos projetos, que devem estar assinados e em conformidade com as normas e legislações aplicáveis;

VII - Analisar os comentários e recomendações feitos pela CONTRATANTE e, caso não atendidos, apresentar fundamentação técnica;

IX - Ser responsável pelo acompanhamento, orientação, fiscalização e recebimento da obra futura, em conjunto com o fiscal de contrato.

10.3. Os projetos de diferentes especialidades devem estar perfeitamente compatibilizados entre si, inclusive nas peças técnicas, memoriais e planilhas orçamentárias, de forma a evitar dúvidas, omissões, conflitos ou interpretações que possam prejudicar a execução integral da obra.

10.4. Os direitos autorais sobre os estudos e projetos elaborados pela CONTRATADA serão cedidos à CONTRATANTE, conforme o art. 93 da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.5. Os projetos deverão ser entregues em três vias assinadas e plotadas em papel sulfite de tamanho mínimo A2, com legendas e cotas plotadas, sem rasuras ou emendas. As plantas devem ser numeradas com código alfanumérico, permitindo identificar o projeto, o número da prancha e a referência a outros projetos, quando aplicável. Os detalhamentos, memoriais, especificações, planilhas orçamentárias, cronogramas e cadernos técnicos deverão ser entregues em três vias assinadas e impressas em papel sulfite tamanho A4.



## ***Câmara Municipal de Palmas***

10.6. Os arquivos digitais dos projetos e demais especificações deverão ser fornecidos em CD, DVD ou pendrive, nos seguintes formatos:

I - Projetos e detalhamentos: arquivos com extensões CTB (configuração de cores e penas), DWG e PDF, sem proteção ou bloqueio, compatíveis com AutoCAD 2018 ou superior;

II - Memórias de cálculo, especificações, estudos, planilhas orçamentárias e cronogramas: arquivos com extensões DOCX, XLSX e PDF, sem proteção ou bloqueio.

10.7. Os arquivos digitais com desenhos não devem conter elementos fora de escala, cotas ou blocos editados ou explodidos, facilitando sua utilização futura para conferência com os projetos impressos. Caso haja necessidade de usar diferentes escalas, deve-se utilizar as ferramentas apropriadas do software.

10.8. A CONTRATADA deverá prestar todos os esclarecimentos necessários para a correta interpretação dos projetos e especificações, principalmente durante a licitação para execução dos projetos. A CONTRATANTE enviará à CONTRATADA, por e-mail ou meio físico, eventuais dúvidas ou questionamentos surgidos na licitação, e a CONTRATADA deverá respondê-los em tempo hábil, com clara fundamentação legal e/ou técnica.

10.9. Caso seja necessária alguma correção nos projetos ou especificações, ela deverá ser realizada no prazo estipulado pela CONTRATANTE ou, caso não seja possível, a CONTRATADA deverá justificar a dilatação do prazo. As correções devem respeitar o formato e os padrões originais dos documentos.

10.10. A CONTRATADA deverá prestar esclarecimentos e/ou realizar correções referentes ao objeto por até cinco anos a partir da emissão do Termo de Recebimento Definitivo da execução.

### **10.11. APROVAÇÕES E ARTs/RRTs**

10.11.1. A responsabilidade pela aprovação dos projetos junto aos Órgãos Públicos, Concessionárias ou entidades equivalentes, quando necessário, será da CONTRATADA, sendo que as eventuais taxas referentes a essas aprovações serão custeadas pela CONTRATANTE, desde que previamente comunicada formalmente pela CONTRATADA.



## ***Câmara Municipal de Palmas***

10.11.2. Caso não haja a necessidade de aprovação legal ou normativa, o profissional responsável pelo projeto deverá emitir uma declaração fundamentada, afirmando a dispensabilidade da aprovação, e anexá-la ao projeto.

10.11.3. A emissão e os custos relacionados às Anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs) exigidas serão de responsabilidade da CONTRATADA.

### **12. MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO**

12.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133 de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

12.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

12.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.4. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

12.5. O fiscal do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º)

12.6. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

12.7. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

12.8. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

12.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do



## ***Câmara Municipal de Palmas***

contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

12.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

12.11. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

12.12. A fiscalização e gestão do contrato será exercida por:

Nome	Gestor/Fiscalizador	CPF
Paulo Hercílio Danguí Bannake	Gestor	***.502.479-**
Gilmar Stahlschmidt de Moura Junior	Fiscal	***.508.259-**

12.13. Declaram o gestor e fiscal estarem ciente das responsabilidades e atribuições previstas na regulamentação e as constantes na Lei nº 14.133/2021 decorrentes da indicação e afirmam plena concordância com as condições estabelecidas no Termo de Referência e demais anexos.

12.14. A fiscalização, exercida no interesse exclusivo da CONTRATANTE, não exime e nem diminui a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade. A existência de fiscalização e, em caso de irregularidades, sua atuação não implicará corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e representantes, exceto quando a irregularidade decorrer de ação ou omissão funcional apurada conforme a legislação vigente.

### **13. Subcontratação**



## ***Câmara Municipal de Palmas***

13.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **14. Garantia da Contratação**

14.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

### **15. Das Obrigações da Contratada**

15.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes neste instrumento, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

15.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

15.3. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

15.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

15.5. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

15.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

15.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o



## *Câmara Municipal de Palmas*

acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

15.8. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

15.9. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

15.10. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

15.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

15.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

15.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

15.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.



## *Câmara Municipal de Palmas*

15.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

15.16. Cumprir a legislação vigente e as Normas Técnicas da ABNT aplicáveis à execução do objeto e sua atividade;

15.17. Observar rigorosamente os prazos estabelecidos para a execução do objeto;

15.18. Não transferir a terceiros a execução do objeto ou qualquer obrigação contratual sem autorização prévia;

15.19. Prestar esclarecimentos à CONTRATANTE em até 2 (dois) dias úteis a partir da solicitação e atender prontamente às reclamações;

15.20. Contratar e treinar todo o pessoal necessário à execução do objeto;

15.21. Manter, durante toda a execução do objeto, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, compatíveis com as obrigações assumidas;

15.22. Substituir, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, qualquer empregado cuja conduta ou desempenho sejam considerados prejudiciais, inconvenientes ou inadequados ao interesse do Serviço Público, sem necessidade de justificativa;

15.23. Assumir:

15.24. Todos os encargos fiscais, comerciais, tributários, taxas e seguros relacionados à execução do objeto, bem como os ônus por acidentes de trabalho que envolvam seus profissionais ou causados por eles a terceiros durante a execução;

15.25. Todos os encargos previdenciários e obrigações sociais, sem que seus empregados mantenham qualquer vínculo empregatício com a CONTRATANTE;

15.26. Responsabilidades legais relativas a acidentes de trabalho ocorridos com seus empregados durante a execução ou em conexão com o objeto;





## *Câmara Municipal de Palmas*

- 15.27. Todos os encargos decorrentes de demandas trabalhistas, cíveis ou penais relacionadas à execução do objeto;
- 15.28. Reparação de eventuais danos causados diretamente à CONTRATANTE por seus empregados ou prepostos durante a execução do objeto;
- 15.29. Despesas resultantes de não conformidade com as condições contratuais, bem como infrações cometidas por seus empregados, inclusive nas dependências da CONTRATANTE;
- 15.30. Custos diretos ou indiretos, como salários, transporte, alimentação, diárias e indenizações, referentes aos seus empregados, sem que a CONTRATANTE tenha qualquer vínculo empregatício com eles;
- 15.31. Responsabilidade civil e administrativa pela execução do objeto, reparando imediatamente quaisquer danos causados à CONTRATANTE ou terceiros, sem alteração no prazo contratual.
- 15.32. Executar o objeto conforme os parâmetros e rotinas estabelecidos, observando as boas práticas técnicas e a legislação vigente;
- 15.33. Comunicar à CONTRATANTE, por meio de protocolo formal, qualquer anormalidade na execução do objeto, fornecendo os esclarecimentos necessários;
- 15.34. Indicar e manter um representante para se comunicar com a CONTRATANTE durante a vigência do contrato, que será o ponto de contato para solucionar eventuais questões e atender a solicitações;
- 15.35. Garantir a confidencialidade dos dados e informações da CONTRATANTE, adotando todas as medidas necessárias para proteger seu sigilo;
- 15.36. Emitir a Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) em caso de acidente envolvendo seus empregados nas dependências da CONTRATANTE, entregando cópia à fiscalização do contrato;
- 15.37. Não contratar, para a execução do objeto, servidores pertencentes ao quadro de pessoal da CONTRATANTE;



## *Câmara Municipal de Palmas*

- 15.38. Manter um banco de dados atualizado com as informações mínimas de seus empregados (nome, CPF, nível de escolaridade, endereço e telefone), disponibilizando-o sempre que solicitado formalmente;
- 15.39. Instruir seu preposto a seguir as orientações da CONTRATANTE, inclusive no cumprimento das Normas Internas de Segurança e Medicina do Trabalho;
- 15.40. Substituir, sem custos adicionais, qualquer insumo considerado inadequado ou que não atenda às especificações do contrato;
- 15.41. Refazer qualquer trabalho que seja impugnado pelo fiscal do contrato ou não aprovado, sem acréscimo de prazo ou custo para a CONTRATANTE;
- 15.42. Executar o objeto com o mínimo de transtorno possível às atividades da CONTRATANTE;
- 15.43. Comunicar prontamente ao fiscal do contrato qualquer dificuldade ou impossibilidade de cumprir as obrigações contratuais;
- 15.44. Não utilizar o nome ou logomarca da CONTRATANTE em qualquer divulgação de suas atividades, inclusive após o término da execução do objeto;
- 15.45. Não fazer declarações à imprensa sobre assuntos relacionados às atividades da CONTRATANTE;
- 15.46. Registrar ocorrências durante a execução do objeto e informar imediatamente à CONTRATANTE qualquer anormalidade;
- 15.47. Comprovar o registro dos documentos de responsabilidade técnica e notificar a CONTRATANTE em caso de substituição do responsável técnico;
- 15.48. Manter regular o seu registro e o do responsável técnico habilitado perante o respectivo conselho profissional;
- 15.49. Adotar todas as providências necessárias para assegurar a eficiência e conformidade na execução do objeto deste contrato.



## ***Câmara Municipal de Palmas***

15.50. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));

15.51. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));

15.52. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

15.53. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

### **16. Obrigações da Contratada**

16.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

16.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes neste Termo e na proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

16.3. Comunicar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

16.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

16.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

16.6. Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas as obrigações exigidas;

16.7. Permitir livre acesso dos empregados da empresa às suas dependências para a entrega do objeto a ser fornecido;



## ***Câmara Municipal de Palmas***

16.8. Proporcionar as facilidades necessárias para que a contratada possa fornecer o objeto deste Termo dentro das normas estabelecidas;

16.9. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da empresa;

16.10. Marcar/agendar com antecedência mínima de 4 (quatro) dias as reuniões.

16.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

### **17. Forma e Critérios de Seleção Do Fornecedor**

17.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:

17.1.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRÊNCIA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR LOTE, regendo-se pela lei 14.133/21.

### **18. Critérios de Medição e de Pagamento;**

18.1. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E DO PAGAMENTO:

18.1.1. O objeto é composto de lote único, dividido em 3 (três) itens, e deverá ser executado pela contratada, com o devido registro das respectivas Responsabilidades Técnicas, nas etapas e prazos de entrega descritos na tabela abaixo, excluídos os períodos eventualmente necessários a aprovações junto à Prefeitura, Corpo de Bombeiros, Concessionárias etc., se for o caso:

Item	Etap a	Descrição	Prazo		Pagamento
	1º	Estudo de Viabilidade e Estudo Preliminar	10 dias do recebimento da ordem de serviço		



## *Câmara Municipal de Palmas*

1	2º	Anteprojeto	10 dias da aprovação da etapa anterior	60 dias	100% após o recebimento definitivo
	3º	Projeto Básico	20 dias da aprovação da etapa anterior		
	4º	Projeto Executivo e Aprovações	20 dias da aprovação da etapa anterior		
2	5º	Acompanhamento, orientação, fiscalização e recebimento da execução	De acordo ao cronograma físico-financeiro da execução		100% após o recebimento definitivo
3	6º	Projeto “como construído”(as built)	15 dias a partir do recebimento definitivo da execução		100% após o recebimento definitivo

18.2. O pagamento será efetuado de acordo ao cronograma físico-financeiro acima, por meio de depósito em conta bancária da CONTRATADA ou pagamento de boleto de cobrança emitido pela CONTRATADA.

18.3. A CONTRATANTE reserva-se o direito de pagar tão somente pelos serviços efetivamente realizados, o que não confere à CONTRATADA quaisquer direitos, seja de que natureza for, relativos a serviços não realizados

18.4. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 10 (dez) dias contados do recebimento definitivo para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

18.5. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;



## *Câmara Municipal de Palmas*

d) o período respectivo de execução do contrato;

e) o valor a pagar; e

f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

18.6. A nota fiscal deverá ser emitida com o Imposto de Renda retido na fonte, conforme tabela de retenção constante no Anexo I da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234 de 2012 e suas alterações posteriores. Cabe à contratada o destaque deste imposto no corpo das notas fiscais. As pessoas jurídicas amparadas por isenção, não incidência ou alíquota zero devem informar essa condição no documento fiscal, inclusive o enquadramento legal, sob pena de, se não o fizerem, sujeitarem-se à retenção do IR e das contribuições sobre o valor total do documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço.

18.7. Havendo erro no documento de cobrança ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará com o pagamento pendente até que a contratada providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, qualquer ônus à contratante;

18.8. Deverão ser apresentados pela contratada com a nota fiscal, podendo acarretar possível atraso no pagamento na pendência de qualquer uma das situações abaixo especificadas, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira:

a) apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

b) apresentação de Certidão Negativa de Débitos junto aos Governos Estadual e Municipal, inclusive com o Município de Palmas/PR;

c) apresentação de Certificado de Regularidade do FGTS;

d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

18.9. O contratante fará a retenção, com repasse ao Órgão Arrecadador, de qualquer tributo ou contribuição determinada por legislação específica, sendo que a contratante se reserva o direito de efetuar ou não nos casos em que for facultativo;

18.10 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021;



## ***Câmara Municipal de Palmas***

18.11. O pagamento será efetuado no prazo de até 15 (quinze) dias contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior;

18.12. O pagamento será realizado por meio de boleto, confeccionado pelo contratado;

18.13. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como quitado o boleto bancário;

18.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

18.15. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **19. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

19.1 Na ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas no art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, a CONTRATANTE poderá, garantidos o contraditório e a ampla defesa, rescindir unilateral ou amigavelmente o contrato, na forma do art. 138, bem como aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no art. 156, ambos do mesmo diploma legal.

19.2. No caso de extinção contratual poderá ser aplicada multa de acordo com o disposto nas sanções.

### **20. DAS SANÇÕES**

20.1. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantida a ampla defesa e o contraditório, a CONTRATADA estará sujeita, nos termos dos arts. 155 e 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, à aplicação das seguintes sanções administrativas.

20.1.1. Advertência.

20.1.2. Multa.

20.1.3. Impedimento de licitar ou contratar.

20.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

20.2. Poderão ser aplicadas multas de caráter moratório e compensatório, a serem aplicadas de acordo aos percentuais indicados na sequência.

20.3. De caráter moratório.

16.3.1. 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplida, quando o atraso não for superior 30 (trinta).



## *Câmara Municipal de Palmas*

20.3.2. 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso que exceder o item anterior, até o limite de 15 (quinze) dias, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o trigésimo primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplida, em caráter excepcional, e a critério da CONTRATANTE.

20.4. De caráter compensatório.

20.4.1. 15% (quinze por cento) em caso de inexecução parcial do objeto pela CONTRATADA, ou nos casos de rescisão do contrato, calculada sobre a parte inadimplida.

20.4.2. 20% (vinte por cento) sobre o valor contratado, pela sua inexecução total ou pela recusa injustificada do licitante adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela CONTRATANTE.

20.5. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do objeto.

20.6. No caso de atraso por mais de 30 (trinta) dias, ou de o somatório das multas aplicadas por atraso ou inadimplemento ultrapassarem o percentual de 20% (vinte por cento) do valor total contratado, fica facultado à CONTRATANTE reconhecer a ocorrência das hipóteses de rescisão contratual.

20.7. A fixação de multas compensatórias ou moratórias não obsta o ajuizamento de demanda buscando indenização suplementar em favor da CONTRATANTE, sendo o dano superior ao percentual referido.

20.8. Não serão aplicadas as multas decorrentes de descumprimento das obrigações contratuais resultante da existência de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovados.

20.9. Quaisquer multas aplicadas deverão ser recolhidas aos cofres públicos da Municipalidade em até 5 (cinco) dias úteis, contados de sua publicação no Órgão Oficial da CONTRATANTE, podendo, ainda, ser descontadas de qualquer fatura ou crédito existente, a critério da CONTRATANTE.

20.10. A aplicação das penalidades é de competência exclusiva do Presidente da Câmara Municipal de Palmas.

20.11. Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos e a sistemática procedimentais previstos em Lei e regulamentação pertinente, bem como serão aplicadas em procedimento administrativo autônomo, garantindo-se o contraditório à CONTRATADA.

20.12. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.





## *Câmara Municipal de Palmas*

### **21. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

21.1. Os recursos destinados ao custeio correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias abaixo especificadas:

01.01.1.007.3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros

3.3.90.39.05.00.00.00 - Serviços Técnicos Profissionais

<hr/> <b>Integrante</b> <b>Requisitante</b> <i>Paulo Hercílio Danguí Bannake</i> <i>Presidente</i>	<hr/> <b>Integrante</b> <b>Administrativo</b> <i>Eliaki Marcell Zanini</i> <i>Agente de Contratação</i>
---	--

Palmas, 04 de novembro de 2024

Aprovo,

<b>Autoridade Competente</b>
<hr/> <i>Paulo Hercílio Danguí Bannake</i>



## ***Câmara Municipal de Palmas***

### **ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

A Empresa \_\_\_\_\_, devidamente inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, com endereço na Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_ na cidade de \_\_\_\_\_ Estado do \_\_\_\_\_, telefone/celular: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_; e-mail: \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o (a) Sr (a) \_\_\_\_\_, portador (a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, vem por meio desta, DECLARAR que:

I - Não foi declarada inidônea por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.

II - Para cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos de idade, em cumprimento ao que determina o inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/21.

III - Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

IV - Compromete-se a manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação exigidas na licitação.

Palmas, ... de Novembro de 2024

Assinatura do representante legal  
Razão social  
CNPJ:



## ***Câmara Municipal de Palmas***

### **ANEXO V - DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA**

Eu, \_\_\_\_\_ na condição de (qualificação civil) **REPRESENTANTE LEGAL** da empresa \_\_\_\_\_ (razão social da empresa) \_\_\_\_\_ inscrita no **CNPJ/MF** sob nº \_\_\_\_\_, com sede no município de \_\_\_\_\_, Estado do Paraná, no Endereço \_\_\_\_\_, Nº \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_ **DECLARO**, que a empresa, acima discriminada possui reserva de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitado da Previdência Social previstas em lei e em normas específicas.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente declaração.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

\_\_\_\_\_  
(Assinatura do Representante Legal)  
(carimbo com CNPJ/MF)



## ***Câmara Municipal de Palmas***

### **ANEXO VI - PROPOSTAS ECONÔMICAS COMPREENDEM A INTEGRALIDADE DOS CUSTOS**

A Empresa \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ \_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_/000\_-\_\_, instituída em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, com sede na Rua \_\_\_\_\_, N° \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_-\_\_\_\_, por meio do sócio administrador \_\_\_\_\_, portador da identidade \_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_-\_\_ expedida por \_\_\_\_/\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_-\_\_ em cumprimento ao art. 63, § 1º da Lei 14.133/2021, declara que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente declaração.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

---

**(Assinatura do Representante Legal)**  
**(carimbo com CNPJ/MF)**



## Câmara Municipal de Palmas

### ANEXO VII- MODELO DE PROPOSTA

A/C Agente de Contratação da  
Câmara Municipal de Palmas - PR  
Concorrência Eletrônica n.º 01/2024

A Empresa \_\_\_\_\_, devidamente inscrita no CNPJ n.º \_\_\_\_\_, com endereço na Rua \_\_\_\_\_, n.º \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_ na cidade de \_\_\_\_\_ Estado do \_\_\_\_\_, telefone/celular: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_; e-mail: \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o (a) Sr (a) \_\_\_\_\_, portador (a) da Carteira de Identidade n.º \_\_\_\_\_ e do CPF n.º \_\_\_\_\_, vem por meio desta, apresentar Proposta de Preços ao Edital de Concorrência em epígrafe conforme descrito abaixo:

LOTE 1 ÚNICO					
Item	Descrição do item	Sequência	Etapas	Descrição da etapa	Valor
1	Estudo de Viabilidade e Estudo Preliminar. Anteprojeto, projeto básico, projeto executivo, bem como serviços complementares contemplando, mas não se limitando, a: especificações de materiais e serviços, orçamentos, quantitativos, cronogramas físico-financeiros, estudos de viabilidade técnica, laudos técnicos, pareceres, relatórios, levantamentos cadastrais, planilhas orçamentárias	1º	Estudo de Viabilidade e Estudo Preliminar	Elaboração de análise e avaliações para seleção e recomendação de alternativas para a concepção arquitetônica e de seus respectivos elementos, instalações e componentes, visando as técnicas e soluções mais apropriadas, visando sempre a correção das causas. Dimensionamento preliminar dos conceitos do projeto, necessários à compreensão de sua configuração.	R\$ ...
		2º	Anteprojeto	Peça técnica com todos os subsídios necessários à elaboração do projeto básico,	



## Câmara Municipal de Palmas

	(SINAPI), vistorias, protocolos de autorização dentre outros inerentes ao objeto.			conforme inciso XXIV, art. 6º da Lei 14.133/2021	
		3º	Projeto Básico	Conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra ou o serviço, ou o complexo de obras ou de serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução, conforme inciso XXV, art. 6º da Lei 14.133/2021	
		4º	Projeto Executivo	Conjunto de elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, com o detalhamento das soluções previstas no projeto básico, a identificação de serviços, de materiais e de equipamentos a serem incorporados à obra, bem como suas especificações técnicas, de acordo com as normas técnicas pertinentes;	
2	Acompanhamento, orientação, fiscalização e recebimento, juntamente com o fiscal do futuro contrato, da execução a ser contratada e realizada em etapa posterior à elaboração dos projetos.	5º	Acompanhamento, orientação, fiscalização e recebimento da execução	Os projetos elaborados até a 4ª etapa comporão o edital de futuro certame licitatório visando à contratação de empresa para a execução, ficando o(s) profissional(is) responsável(is) pelos projetos também responsável(is) pelo acompanhamento, orientação, fiscalização e recebimento da obra.	R\$ ...



## *Câmara Municipal de Palmas*

3	Entrega dos projetos "como construído" (as built), uma vez efetivado o recebimento definitivo da execução.	6º	Entrega de projeto "como construído" (as built).	Uma vez efetivado recebimento definitivo da execução, deverá ser entregue o projeto "como construído" (as built), caso tenha havido alteração nos projetos originais.	R\$ ...
<b>VALOR TOTAL</b>					<b>R\$ ...</b>

VALIDADE DA PROPOSTA: mínimo de 120 (cento e vinte) dias. Declaramos que estamos cientes das condições apresentadas no termo de referência.

Palmas, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024

Assinatura do representante legal  
Razão social  
CNPJ:



## *Câmara Municipal de Palmas*

### **ANEXO VIII – MODELO TERMO DE VISTORIA**

A/C Agente de Contratação da  
Câmara Municipal de Palmas - PR  
Concorrência Eletrônica n.º 01/2024

DECLARAMOS, para fins de licitação, que o Senhor \_\_\_\_\_, na função de visitante da empresa \_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_, efetuou a vistoria no local a ser realizada a prestação de serviços de engenharia, e tomou conhecimento das peculiaridades inerentes à natureza e execução dos serviços.

Palmas ..... Novembro de 2024

\_\_\_\_\_  
Nome da empresa proponente

Assinatura do Visitante

\_\_\_\_\_  
Nome do Representante

Representante da Câmara Municipal de Palmas – Paraná





## ***Câmara Municipal de Palmas***

### **MODELO CASO OPTE PELA DISPENSA DE VISTORIA**

A/C Agente de Contratação  
da Câmara Municipal de Palmas - PR  
Concorrência Eletrônica n.º 01/2024

A Empresa \_\_\_\_\_, devidamente inscrita no CNPJ n.º \_\_\_\_\_ com endereço na Rua \_\_\_\_\_, n.º \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_ na cidade de \_\_\_\_\_ Estado do \_\_\_\_\_, telefone (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o (a) Sr (a) \_\_\_\_\_, portador (a) da Carteira de Identidade n.º \_\_\_\_\_ e do CPF n.º \_\_\_\_\_. DECLARA que renuncia a Visita Técnica aos locais e/ou Instalações do objeto licitado, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes á natureza dos trabalhos, assumidos total responsabilidade por esse fato informado que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejam avenças técnicas e/ou financeiras para com a contratante.

Local e Data

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante Legal



## *Câmara Municipal de Palmas*

### **ANEXO IX – MINUTA DO TERMO DE CONTRATO**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0X/2024

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XX/2024  
QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA  
MUNICIPAL DE PALMAS/PR E A EMPRESA  
.....

Pelo presente instrumento particular de Contrato Administrativo de fornecimento de serviços, sem vínculo empregatício, de um lado A Câmara Municipal de Palmas, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob nº77.778.728/0001-73, com sede na Avenida Clevelândia, nº 591, Município de Palmas, Estado do Paraná, representado legalmente neste ato pelo Presidente, Sr Paulo Hercilio Danguí Bannake, brasileiro, portador do RG nº xx e inscrito no CPF nº xx, residente e domiciliado neste Município de Palmas, Estado do Paraná, a seguir denominado CONTRATANTE.

De outro lado a Empresa....., pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n.º ....., com sede na Rua ....., n.º ....., Município de ....., Estado ....., CEP....., telefone ....., neste ato representada pelo(a) Sr.(a).....inscrito no CPF n.º....., residente e domiciliado em....., doravante denominada CONTRATADA, tendo em vista o que consta no Processo n.º..., e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Concorrência Eletrônica n. .../..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

### **CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO ([art. 92, I e II](#))**



## *Câmara Municipal de Palmas*

O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de engenharia, visando a elaboração de projetos básico e executivo para a reforma da edificação da Câmara Municipal de Palmas, incluindo o acompanhamento, orientação, fiscalização e recebimento da execução da obra.

Objeto da Contratação:

LOTE 1 ÚNICO					
Item	Descrição do item	Sequência	Etapa	Descrição da etapa	Valor
1	Estudo de Viabilidade e Estudo Preliminar. Anteprojeto, projeto básico, projeto executivo, bem como serviços complementares contemplando, mas não se limitando, a: especificações de materiais e serviços, orçamentos, quantitativos, cronogramas físico-financeiros, estudos de viabilidade técnica, laudos técnicos, pareceres, relatórios, levantamentos cadastrais, planilhas orçamentárias (SINAPI), vistorias, protocolos de autorização dentre outros inerentes ao objeto.	1º	Estudo de Viabilidade e Estudo Preliminar	Elaboração de análise e avaliações para seleção e recomendação de alternativas para a concepção arquitetônica e de seus respectivos elementos, instalações e componentes, visando as técnicas e soluções mais apropriadas, visando sempre a correção das causas. Dimensionamento preliminar dos conceitos do projeto, necessários à compreensão de sua configuração.	R\$ ...
		2º	Anteprojeto	Peça técnica com todos os subsídios necessários à elaboração do projeto básico, conforme inciso XXIV, art. 6º da Lei 14.133/2021	
		3º	Projeto Básico	Conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra ou o serviço, ou o complexo de obras ou de serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento e que	



## *Câmara Municipal de Palmas*

				possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução, conforme inciso XXV, art. 6º da Lei 14.133/2021	
		4º	Projeto Executivo	Conjunto de elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, com o detalhamento das soluções previstas no projeto básico, a identificação de serviços, de materiais e de equipamentos a serem incorporados à obra, bem como suas especificações técnicas, de acordo com as normas técnicas pertinentes;	
2	Acompanhamento, orientação, fiscalização e recebimento, juntamente com o fiscal do futuro contrato, da execução a ser contratada e realizada em etapa posterior à elaboração dos projetos.	5º	Acompanhamento, orientação, fiscalização e recebimento da execução	Os projetos elaborados até a 4ª etapa comporão o edital de futuro certame licitatório visando à contratação de empresa para a execução, ficando o(s) profissional(is) responsável(is) pelos projetos também responsável(is) pelo acompanhamento, orientação, fiscalização e recebimento da obra.	R\$ ...
3	Entrega dos projetos "como construído" (as built), uma vez efetivado o recebimento definitivo da execução.	6º	Entrega de projeto "como construído" (as built).	Uma vez efetivado o recebimento definitivo da execução, deverá ser entregue o projeto "como construído" (as built), caso tenha havido alteração nos projetos originais.	R\$ ...
<b>VALOR TOTAL</b>					<b>R\$ ...</b>

Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

O Termo de Referência;

O Edital da Licitação;

A Proposta do contratado;



## ***Câmara Municipal de Palmas***

Eventuais anexos dos documentos supracitados.

### **CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** contados da assinatura do contrato na forma [do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **CLÁUSULA QUARTA – PREÇO**

O valor total da contratação é de R\$...... (.....)

No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

### **CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO**

O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE**

Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice \_\_\_\_\_ (indicar o índice a ser adotado), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.



## ***Câmara Municipal de Palmas***

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

O reajuste será realizado por apostilamento.

### **CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

6Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;



## *Câmara Municipal de Palmas*

Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- f) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- g) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- h) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- i) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- j) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;



## *Câmara Municipal de Palmas*

Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

Cumprir a legislação vigente e as Normas Técnicas da ABNT aplicáveis à execução do objeto e sua atividade;

Observar rigorosamente os prazos estabelecidos para a execução do objeto;

Não transferir a terceiros a execução do objeto ou qualquer obrigação contratual sem autorização prévia;

Prestar esclarecimentos à CONTRATANTE em até 2 (dois) dias úteis a partir da solicitação e atender prontamente às reclamações;

Contratar e treinar todo o pessoal necessário à execução do objeto;

Manter, durante toda a execução do objeto, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, compatíveis com as obrigações assumidas;

Substituir, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, qualquer empregado cuja conduta ou desempenho sejam considerados prejudiciais, inconvenientes ou inadequados ao interesse do Serviço Público, sem necessidade de justificativa;





## *Câmara Municipal de Palmas*

Assumir:

Todos os encargos fiscais, comerciais, tributários, taxas e seguros relacionados à execução do objeto, bem como os ônus por acidentes de trabalho que envolvam seus profissionais ou causados por eles a terceiros durante a execução;

Todos os encargos previdenciários e obrigações sociais, sem que seus empregados mantenham qualquer vínculo empregatício com a CONTRATANTE;

Responsabilidades legais relativas a acidentes de trabalho ocorridos com seus empregados durante a execução ou em conexão com o objeto;

Todos os encargos decorrentes de demandas trabalhistas, cíveis ou penais relacionadas à execução do objeto;

Reparação de eventuais danos causados diretamente à CONTRATANTE por seus empregados ou prepostos durante a execução do objeto;

Despesas resultantes de não conformidade com as condições contratuais, bem como infrações cometidas por seus empregados, inclusive nas dependências da CONTRATANTE;

Custos diretos ou indiretos, como salários, transporte, alimentação, diárias e indenizações, referentes aos seus empregados, sem que a CONTRATANTE tenha qualquer vínculo empregatício com eles;

Responsabilidade civil e administrativa pela execução do objeto, reparando imediatamente quaisquer danos causados à CONTRATANTE ou terceiros, sem alteração no prazo contratual.

Executar o objeto conforme os parâmetros e rotinas estabelecidos, observando as boas práticas técnicas e a legislação vigente;

Comunicar à CONTRATANTE, por meio de protocolo formal, qualquer anormalidade na execução do objeto, fornecendo os esclarecimentos necessários;

Indicar e manter um representante para se comunicar com a CONTRATANTE durante a vigência do contrato, que será o ponto de contato para solucionar eventuais questões e atender a solicitações;



## *Câmara Municipal de Palmas*

Garantir a confidencialidade dos dados e informações da CONTRATANTE, adotando todas as medidas necessárias para proteger seu sigilo;

Emitir a Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) em caso de acidente envolvendo seus empregados nas dependências da CONTRATANTE, entregando cópia à fiscalização do contrato;

Não contratar, para a execução do objeto, servidores pertencentes ao quadro de pessoal da CONTRATANTE;

Manter um banco de dados atualizado com as informações mínimas de seus empregados (nome, CPF, nível de escolaridade, endereço e telefone), disponibilizando-o sempre que solicitado formalmente;

Instruir seu preposto a seguir as orientações da CONTRATANTE, inclusive no cumprimento das Normas Internas de Segurança e Medicina do Trabalho;

Substituir, sem custos adicionais, qualquer insumo considerado inadequado ou que não atenda às especificações do contrato;

Refazer qualquer trabalho que seja impugnado pelo fiscal do contrato ou não aprovado, sem acréscimo de prazo ou custo para a CONTRATANTE;

Executar o objeto com o mínimo de transtorno possível às atividades da CONTRATANTE;

Comunicar prontamente ao fiscal do contrato qualquer dificuldade ou impossibilidade de cumprir as obrigações contratuais;

Não utilizar o nome ou logomarca da CONTRATANTE em qualquer divulgação de suas atividades, inclusive após o término da execução do objeto;

Não fazer declarações à imprensa sobre assuntos relacionados às atividades da CONTRATANTE;

Registrar ocorrências durante a execução do objeto e informar imediatamente à CONTRATANTE qualquer anormalidade;



## ***Câmara Municipal de Palmas***

Comprovar o registro dos documentos de responsabilidade técnica e notificar a CONTRATANTE em caso de substituição do responsável técnico;

Manter regular o seu registro e o do responsável técnico habilitado perante o respectivo conselho profissional;

Adotar todas as providências necessárias para assegurar a eficiência e conformidade na execução do objeto deste contrato.

Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));

Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));

Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

### **CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes neste Termo e na proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

Comunicar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;



## ***Câmara Municipal de Palmas***

Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas as obrigações exigidas;

Permitir livre acesso dos empregados da empresa às suas dependências para a entrega do objeto a ser fornecido;

Proporcionar as facilidades necessárias para que a contratada possa fornecer o objeto deste Termo dentro das normas estabelecidas;

Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da empresa;

Marcar/agendar com antecedência mínima de 4 (quatro) dias as reuniões.

A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

### **CLÁUSULA NONA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

### **CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES**

Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantida a ampla defesa e o contraditório, a CONTRATADA estará sujeita, nos termos dos arts. 155 e 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, à aplicação das seguintes sanções administrativas.

Advertência.

Multa.

Impedimento de licitar ou contratar.

Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Poderão ser aplicadas multas de caráter moratório e compensatório, a serem aplicadas de acordo aos percentuais indicados na sequência.



## *Câmara Municipal de Palmas*

De caráter moratório.

0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplida, quando o atraso não for superior 30 (trinta).

0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso que exceder o item anterior, até o limite de 15 (quinze) dias, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o trigésimo primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplida, em caráter excepcional, e a critério da CONTRATANTE.

De caráter compensatório.

15% (quinze por cento) em caso de inexecução parcial do objeto pela CONTRATADA, ou nos casos de rescisão do contrato, calculada sobre a parte inadimplida.

20% (vinte por cento) sobre o valor contratado, pela sua inexecução total ou pela recusa injustificada do licitante adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela CONTRATANTE.

O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do objeto.

No caso de atraso por mais de 30 (trinta) dias, ou de o somatório das multas aplicadas por atraso ou inadimplemento ultrapassarem o percentual de 20% (vinte por cento) do valor total contratado, fica facultado à CONTRATANTE reconhecer a ocorrência das hipóteses de rescisão contratual.

A fixação de multas compensatórias ou moratórias não obsta o ajuizamento de demanda buscando indenização suplementar em favor da CONTRATANTE, sendo o dano superior ao percentual referido.

Não serão aplicadas as multas decorrentes de descumprimento das obrigações contratuais resultante da existência de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovados.

Quaisquer multas aplicadas deverão ser recolhidas aos cofres públicos da Municipalidade em até 5 (cinco) dias úteis, contados de sua publicação no Órgão Oficial da CONTRATANTE, podendo, ainda, ser descontadas de qualquer fatura ou crédito existente, a critério da CONTRATANTE.

A aplicação das penalidades é de competência exclusiva do Presidente da Câmara Municipal de Palmas.



## ***Câmara Municipal de Palmas***

Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos e a sistemática procedimentais previstos em Lei e regulamentação pertinente, bem como serão aplicadas em procedimento administrativo autônomo, garantindo-se o contraditório à CONTRATADA.

Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos, na dotação abaixo discriminada:

01.01.1.007.3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros

3.3.90.39.05.00.00.00 - Serviços Técnicos Profissionais

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))**

O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado: ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.



## ***Câmara Municipal de Palmas***

O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

Indenizações e multas.

A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))**

Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA ANTICORRUPÇÃO**

As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal n.º 8.429/1992), a Lei Federal n.º 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES**



## ***Câmara Municipal de Palmas***

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO**

Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1º)**

Fica eleito o foro da Comarca de Palmas-PR para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato, que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].





## ***Câmara Municipal de Palmas***

Representante legal do CONTRATANTE

---

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1- \_\_\_\_\_

2- \_\_\_\_\_